



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL - CAF
DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS - DPAF
JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DECISÃO Nº 049/2022

PROCESSO Nº: 00018/2021

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 002379/20212021 - OS Nº 000491/2021

AUTUADA: DISTRIBUIDORA RENASCER LTDA -

CGF: 24.010814-2 - CNPJ: 05.200.179/0001-44

ENDEREÇO: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 4223 - Mecejana - Boa Vista/RR.

PROCURADOR: JOSÉ VIEIRA RODRIGUES - CPF: 473.058.002-87

ENDEREÇO: Rua Capricórnio, nº 1983 - Cidade Satélite - Boa Vista/RR.

AUDITOR FISCAL AUTUANTE: Elenilzo de Oliveira Bonfim.

EMENTA: ICMS - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL - FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DECLARADOS EM GIM A MENOR DO QUE OS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS NOS PERÍODOS DE 01/2017, 10/2018 E 12/2018. APURADOS E COMPROVADOS ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO FISCAL ADEQUADO PELO CRUZAMENTO DOS DÉBITOS DECLARADOS EM GIM COM OS DÉBITOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS. ARQUIVOS EXCEL DENOMINADOS "FRONTEIRA N LRE" E "SUMÁRIOSSAÍDAS" - QUADRO DO ANEXO I DO LEVANTAMENTO FISCAL DETALHADO TODOS CONSTANTES NO CD-MÍDIA ENTREGUE À AUTUADA E CÓPIA ANEXADO AOS AUTOS(FLS.10). EMPRESA DEVIDAMENTE CIENTIFICADA (FLS.02, 10, 11 E 12). IMPUGNAÇÃO TEMPESTIVA PORÉM IMPROVIDA. INFRAÇÃO CARACTERIZADA AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

RELATÓRIO

Tratam-se os autos de exigência de Crédito Tributário no valor de **R\$ 117.804,62**(cento e dezessete mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), compostos de ICMS, multa e juros, lançados por meio do Auto de Infração nº. 002379/2021, de 30/04/2021, lavrado contra o sujeito passivo acima qualificado, em decorrência da constatação da **"FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS MAS INFORMADOS A MENOR EM GIM, NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 e 12/2018"**, apurados através de levantamento fiscal adequado.

Foi indicado como dispositivo infringido o artigo 71 do Regulamento do ICMS de Roraima-Decreto 4.335-E/2001. E aplicada a penalidade disposta no artigo 69, inciso I, alínea "g" da Lei 59/93, multa de 100 % (cem por cento) sobre o valor do imposto.

Constam anexados aos autos os seguintes documentos: Relação de Documentos numerados dos itens 1 ao 14, constantes deste processo(fl.s.01), Auto de Infração nº 002379/2021(fl.s.02), cópia da Ordem de Serviço nº 000491/2021(fl.s.03), Relatório de Execução da Ordem de Serviço nº 000491/2021(fl.s.04/08), ANEXO I - constando os documentos fiscais da GIM dos períodos de 2017 e 2018(fl.s.09), Termo de Entrega do CD-MÍDIA contendo o levantamento fiscal referente OS nº 000491/2021, ao representante legal da empresa e uma cópia do CD anexado aos autos(fl.s.10), cópia do Termo de Início de Fiscalização (fl.s.11); Termo de Encerramento de Fiscalização (fl.s.12), cópia da CNH do Procurador: José Vieira Rodrigues-CPF: 473.058.002-87(fl.s.13), cópia da PROCURAÇÃO passada da empresa autuada para o seu procurador: JOSÉ VIEIRA RODRIGUES(fl.s.14/15), encaminhamento dos autos à Divisão de Fiscalização-DIFIS em 07/05/2021(fl.s. 16), Extrato do Contribuinte do período de 30/04/2021 à 09/06/2021(fl.s.17), cópia da FAC do contribuinte/autuado(fl.s.18), Despacho de Juntada da Impugnação tempestiva da empresa autuada(fl.s. 19 e 20/26) e cópias do Auto de Infração nº 002379/2021(fl.s.21), da Procuração(fl.s.28/29), da CNH do Procurador(fl.s.30) e do Email do Sujeito Passivo registrando a entrega da Impugnação(fl.s.31).

Intimada regularmente a empresa Autuada apresentou Impugnação Tempestiva(fl.s.20/26), arguindo em síntese o seguinte:

DOS PEDIDOS PRELIMINARES:

- a) Pugna Preliminarmente pela NULIDADE do Auto de Infração, em razão da violação aos princípios da Ampla Defesa (cerceamento ao direito de defesa), por não ter sido observados pela fiscalização os requisitos formais inerentes ao Auto de Infração e que sequer foi apresentada documentação capaz de demonstrar de forma suficiente o modo de apuração da quantia cobrada;
- b) Pede Preliminarmente a NULIDADE do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 002379/2021, em razão da configuração de bitributação, por entender ter havido DUPLA COBRANÇA do MESMO DÉBITO HIPÓTESE DE BITRIBUTAÇÃO, sob a alegativa de que a cobrança do Auto de Infração nº 002376/2021 é a mesma do Auto de Infração 002379/2021, bem como a incidência de MULTA SUPERIOR À 100% DO TRIBUTO DEVIDO, expressamente vedada pelo ordenamento jurídico;
- c) E em caso de se entender não ser caso de nulidade - o que se admite apenas para argumentar - que se aponte, ao menos, em decisão, qual a obrigação acessória descumprida pela Impugnante, de forma clara, demonstrando-se a origem da cobrança bem como quais as operações que deram ensejo, nos termos do art. 113 do CTN, as operações que originaram o valor ora cobrado, bem como a respectiva fórmula de cálculo;

DO MÉRITO:

- d) Pugna pela total procedência da presente Impugnação para o fim de afastar o montante ora indevidamente cobrado, em razão da violação aos princípios da Ampla Defesa(cerceamento ao direito de defesa), proporcionalidade, razoabilidade e ao princípio da vedação ao confisco(art.150, inciso IV, da CF/88), bem como ante a ausência dos requisitos, por analogia do art. 39, do Decreto nº 7.574, de 2011 e compatibilizando-se o Auto de Infração com o art. 113 do CTN, e afastando, em definitivo, a multa ora cobrada, desconstituindo o Auto de Infração integralmente.

Após, os autos foram enviados à Divisão de Procedimentos Administrativos Fiscais-DPAF, em 09 de junho de 2021, pelo Chefe da Agência de Rendas de Boa Vista/RR (fl.s.32).

É, em linhas gerais, o relatório.

FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO.

A fiscalização, por meio do Auditor Fiscal acima citado, respaldado na Ordem de Serviço nº 000491/2021(fl.s.03), através da Verificação Fiscal Adequada, realizou o **CRUZAMENTO DOS DÉBITOS DECLARADOS EM GIM COM OS DÉBITOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS**, e constatou que nos meses: 01/2017, 10/2018 e 12/2018, os débitos foram declarados em GIM a menores que os débitos destacados nos documentos fiscais.

Após a adoção de procedimento regular e do exame e confronta das operações, a fiscalização constatou a irregularidade apontada na inicial, referentes aos recitados meses dos exercícios de 2017 e 2018, e, precisamente a **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DECLARADOS EM GIM A MENOR DO QUE OS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 e 12/2018**, que resultou na lavratura do **Auto de Infração nº 002379/2021**, no valor de **R\$ 117.804,62**(cento e dezessete mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), a título de ICMS, multa e juros, por infringência ao artigo 71, inciso I, do RICMS/RR, com a aplicação da penalidade do artigo 69, inciso I, alínea “g” da Lei Nº 059/93, referente à multa de 100% % (cem por cento), sobre o valor do imposto, conforme dispositivos a seguir transcritos:

RICMS/RR, ART. 71, inciso I, QUE TRATA DA INFRINGÊNCIA DE FALTA DE RECOLHIMENTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES, IN VERBIS:

“Art. 71. Ressalvados outros prazos previstos neste Regulamento, o imposto será recolhido:

I - até o vigésimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador nos casos de:

a) (...);

LEI Nº 059/93, ARTIGO 69, INCISO I, ALÍNEA “G”, QUE TRATA DA PENALIDADE, IN VERBIS:

“Art. 69. O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do ICMS, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

(...)

I - infrações relativas ao recolhimento do imposto:

a) (...)

g) falta de recolhimento, no todo ou em parte, nos demais casos não previstos nas alíneas anteriores - multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto.”

Atentando que a Fiscalização para apuração das operações ou prestações realizadas pelo sujeito passivo, o fisco poderá utilizar quaisquer procedimentos tecnicamente idôneos, como se infere das disposições legais e regulamentares do art. 856 a 861, do Regulamento do ICMS/RR do Estado de Roraima - **DECRETO Nº 4.335-E de 03 de AGOSTO de 2001**.

Feitas as considerações iniciais, passamos à análise das alegações apresentadas pela contribuinte em sua defesa/Impugnação (fls. 20/26).

DOS PEDIDOS PRELIMINARES:

a) Pugna Preliminarmente pela NULIDADE do Auto de Infração, em razão da violação aos princípios da Ampla Defesa (cerceamento ao direito de defesa), por não ter sido observados pela fiscalização os requisitos formais inerentes ao Auto de Infração e que sequer foi apresentada documentação capaz de demonstrar de forma suficiente o modo de apuração da quantia cobrada;

Quanto a este ITEM “a” - primeiro, vale frisar que a EMPRESA fora cientificada regularmente de todos os atos do processo por meio de seus representantes legais para apresentar defesa (fls. 02, 03, 10, 11 e 12), **segundo**, é que fora inclusive entregue CD-MÍDIA à Empresa/autuada com o Levantamento e todos os arquivos da presente fiscalização (fls. 10), tanto que a empresa apresentara defesa/impugnação tempestiva no dia 04/06/2021 (fls. 20/26 e 27/31), porém, os argumentos da defesa não prosperam porque não trouxe prova objetiva/material que possa contrariar a acusação oficial, **terceiro**, é que a defesa, limitou-se apenas aos aspectos jurídicos sem adentrar na matéria tributária/fiscal propriamente dita. Ao contrário, o que resta devidamente provado nos autos é que a EMPRESA AUTUADA cometeu a infração de **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS MAS DECLARADOS A MENOR EM GIM, NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 e 12/2018”, em desacordo com a legislação do estado de Roraima**, apurados através de levantamento fiscal referentes aos exercícios de 2017 e 2018, tudo constantes dos autos e do CD- MÍDIA (fls. 10), inclusive com cópia entregue à Impugnante. Assim, tem-se que foram observados todos os procedimentos legais relativos à fiscalização, de tudo oportunizando o legítimo direito a ampla defesa e ao contraditório à empresa autuada. Por isso, não se vislumbra em nenhum momento dos autos alegado cerceamento de defesa.

b) Pede Preliminarmente a NULIDADE do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 002379/2021, em razão da configuração de bitributação, por entender ter havido DUPLA COBRANÇA do MESMO DÉBITO HIPÓTESE DE BITRIBUTAÇÃO, sob a alegativa de que a cobrança do Auto de Infração nº 002376/2021 é a mesma do Auto de Infração 002379/2021, bem como a incidência de MULTA SUPERIOR À 100% DO TRIBUTO DEVIDO, expressamente vedada pelo ordenamento jurídico.

Quanto ao ITEM “b” acima, o pedido de nulidade da autuação não prospera por diversos motivos e fundamentos a seguir demonstrados: **primeiro**, é que apesar dos Autos de Infrações sob os nºs: 002376/2021 e 002379/2021, trataram de operações relacionadas aos mesmos períodos, não tem sustentação os argumentos da defesa, porque a coincidência das operações deu-se apenas no MÊS 01/2017, mesmo assim as infrações são distintas, a infração relativa ao Auto de Infração nº 002376/2021 refere-se a **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS NÃO DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE VENDAS/SAÍDAS**, ao passo que a infração destacada no Auto de Infração nº 02379/2021, trata-se de **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS MAS DECLARADOS A MENOR EM GIM, NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 e 12/2018”, portanto, infrações diversas**.

E em relação ao segundo ponto deste ITEM, de que a incidência de MULTA SUPERIOR à 100% do TRIBUTO DEVIDO, é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico, também não prospera, como veremos a seguir.

A respeito deste **PONTO relativo à MULTA de 100%, de que é vedada pelo ordenamento jurídico, também não tem fundamento porque a infração de FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS MAS DECLARADOS A MENOR EM GIM, está prevista** na Lei nº 059/93, em seu art. 69, inciso I, alínea “g”, correspondente à 100% do valor do imposto.

Portanto, vê-se que o percentual da MULTA aplicada foi de 100% sobre o valor do imposto devido, portanto, está em consonância com a legislação estadual e com o entendimento do STF ao estabelecer que a MULTA só é INVALIDADA se ULTRAPASSAR o VALOR do PRÓPRIO TRIBUTOS - Vede - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 551/RJ, relator Ministro Ilmar Galvão, Diário da Justiça de 14 de fevereiro de 2003, e Recurso Extraordinário nº 582.461/SP, relator ministro Gilmar Mendes, julgado sob o ângulo da repercussão geral em 18 de maio de 2011, Diário da Justiça de 18 de agosto de 2011 e na mesma linha a ADI-551 de relatoria do Min. Roberto Barroso, no AI-772.872 - AgR/RS(28/04/2015) que: **“entende prudente adota como limites os montantes de 20% para multa moratória e 100% para multas punitivas.”** Referida posição da Suprema Corte do país, já vem sendo adotada pelo Conselho de Recursos Fiscais do Estado de Roraima-CRF, conforme **RESOLUÇÕES nºs 63/2018 e 64/2018**, dentre outras, **ao adequar a multa de 40% do valor da operação para até 100% do valor do imposto**, ou seja, o STF admite que o patamar da multa tributária não deve ultrapassar o valor do imposto devido e, no presente caso, portanto, vê-se que a multa não ultrapassou o patamar de 100% do ICMS.

Desta feita, no caso dos autos, a MULTA aplicada no referido Auto de Infração foi de 100% sobre o valor do IMPOSTO devido, corresponde apenas ao mesmo valor do ICMS, não configura confisco, portanto, legal, constitucional e está em consonância com o entendimento do STF, inclusive já adotado pelo CRF/RR, não havendo pois, que ser reduzida porque está de acordo com os parâmetros legais e constitucionais vigentes.

c) E em caso de se entender não ser caso de nulidade - o que se admite apenas para argumentar - que se aponte, ao menos, em decisão, qual a obrigação acessória descumprida pela Impugnante, de forma clara, demonstrando-se a origem da cobrança bem como quais as operações que deram ensejo, nos termos do art. 113 do CTN, as operações que originaram o valor ora cobrado, bem como a respectiva fórmula de cálculo;

A respeito deste ITEM “c”, vejamos o que estabelece o artigo 113, do CTN, in verbis:

“Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

A Fiscalização no que se refere ao **Auto de Infração nº 002379/2021**, demonstrou objetivamente que a empresa autuada, cometera a infração de **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDAS DECLARADOS A MENOR NA GUIA DE INFORMAÇÃO MENSAIS-GIM, NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 e 12/2018**”, APURADOS E COMPROVADOS ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO FISCAL ADEQUADO PELO CRUZAMENTO DOS DÉBITOS DECLARADOS EM GIM COM OS DÉBITOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS, como se pode verificar dos ARQUIVOS EXCEL DENOMINADOS “FRONTEIRA N LRE” e “SUMÁRIOSSAÍDAS” - no QUADRO DO ANEXO I - DO LEVANTAMENTO FISCAL DETALHADO, TODOS CONSTANTES NO CD-MÍDIA que inclusive fora ENTREGUE À AUTUADA, bem como consta uma CÓPIA ANEXADO AOS AUTOS(fls.10). Portanto, o Auditor Fiscal agira com acerto na presente autuação.

DO MÉRITO:

d) Pugna pela total procedência da presente Impugnação para o fim de afastar o montante ora indevidamente cobrado, em razão da **violação aos princípios da Ampla Defesa(cerceamento ao direito de defesa)**, proporcionalidade, razoabilidade e ao **princípio da vedação ao confisco(art.150, inciso IV, da CF/88)**, bem como ante a ausência dos requisitos, por analogia do art. 39, do Decreto nº 7.574, de 2011 e compatibilizando-se o **Auto de Infração com o art. 113 do CTN**, e afastando, em definitivo, a multa ora cobrada, desconstituindo o Auto de Infração integralmente.

Quanto ao ITEM “d” em que a defesa argui em resumo a **violação a Ampla Defesa (cerceamento ao direito de defesa)**, o **princípio da vedação ao confisco (art.150, inciso IV, da CF/88)**, bem como a ausência dos requisitos que compatibilizam o **Auto de Infração com o art. 113 do CTN**, a fim de em definitivo, a multa ora cobrada, seja desconstituída do Auto de Infração integralmente, tem-se que tais ITENS já fora acima examinados e rechaçados, ante a insubsistência de fundamentos fáticos e jurídicos capaz de desconstituir a autuação. Portanto, nego provimento à Impugnação para manter na íntegra ao Auto de Infração nº 002379/2021.

A Fiscalização, pois, observou tanto a legislação pertinente quanto aos princípios basilares do direito tributário, máxime aos procedimentos regulares de apuração e fiscalização, com base nos art.858, e seus incisos do RICMS/RR-Decreto Nº 4.335-E/2001, além do que, percebe-se que o **Auto de Infração**, contém todos os **elementos necessários e suficientes para que se determine com segurança a natureza da infração, a ocorrência do fato gerador da obrigação, a matéria tributável, o montante do imposto devido, a multa cabível e a indicação do sujeito passivo**, tendo o Auditor Fiscal autuante, observados todos os requisitos formais e materiais, imprescindível à atividade do lançamento, em cumprimento às disposições do **art. 142, do CTN** c/c o art. 71 do Dec. Nº 856-E/1994, por isso, não se sustenta o apelo da Impugnante.

De modo que, no próprio rosto do Auto de Infração(fls.02), descreve com clareza e evidência tanto a natureza da infração “**FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DECLARADOS EM GIM A MENOR EM RELAÇÃO AOS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS NOS PERÍODOS DE 01/2017, 10/2018 E 12/2018**”, quanto o dispositivo infringido - artigo 71, do RICMS/RR, já que a empresa não efetuara o pagamento do imposto devido na forma e no prazo estabelecido.

O contribuinte, pois, tem o dever formal e material de promover os pagamentos dos créditos tributários decorrentes de suas operações nos prazos regulamentares estabelecidos. Contudo, quando não recolhe ou não paga tais créditos, o Fisco, como dito alhures, tem o dever de ofício buscar o que lhe pertence, que aliás não é nem do Fisco em si, é parte integrante do próprio Estado, melhor dizendo, é da própria sociedade, já que parte do imposto arrecadado por lei normalmente é repassado aos entes federados para que possam pagar as despesas próprias da máquina pública e oferecer a estrutura necessária para a população em diversos âmbitos e benefícios, tais como: saúde, educação, cultura, lazer, dentre outros, etc.

Assim, pelo que consta nos autos a empresa fora devidamente cientificada de todos os atos do processo, teve acesso ao Auto de Infração e a todos os documentos necessários relacionados à Fiscalização (CD-MÍDIA-fls.10), tanto que promovera completa defesa/Impugnação.

Por fim, apesar dos vastos argumentos apresentados pela empresa/autuada na impugnação, são insuficientes e não têm o condão de desconstituir a presente autuação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base nas fundamentações de fato e de direito acima citadas, e consubstanciadas nas provas colacionadas aos autos, constata-se com certa clareza que a ação fiscal foi executada dentro dos parâmetros legais pertinentes, e que a infração denunciada na inicial, de **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DECLARADOS EM GIM A MENOR EM RELAÇÃO AOS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS NOS PERÍODOS de 01/2017, 10/2018 E 12/2018**", referentes aos débitos no valor de **R\$ 117.804,62**(cento e dezessete mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), por infringência ao art. 71, do RICMS/RR-Decreto nº 4.335-E/2001, e incurso na penalidade do Art. 69, Inciso I, alínea "g" da Lei nº 059/93-CTE/RR, restou devidamente demonstrada através de Fiscalização Fiscal Adequada, **APURADOS e COMPROVADOS PELO CRUZAMENTO DOS DÉBITOS DECLARADOS EM GIM COM OS DÉBITOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS**, como se pode verificar dos **ARQUIVOS EXCEL DENOMINADOS "FRONTEIRA N LRE" e "SUMÁRIOSSAÍDAS" - no QUADRO DO ANEXO I - DO LEVANTAMENTO FISCAL DETALHADO, TODOS CONSTANTES NO CD-MÍDIA** que inclusive fora **ENTREGUE À AUTUADA**, bem como consta uma **CÓPIA ANEXADO AOS AUTOS(fl.10)**, por isso, julgo **PROCEDENTE o AUTO DE INFRAÇÃO nº 002379/2021(fl.02)**, decidindo pela manutenção da cobrança do imposto, da multa e seus acréscimos legais.

INTIMAÇÃO

Intime-se o contribuinte autuado nos termos do artigo 54, § 2º da Lei Nº 072, de 30 de Junho de 1994, combinado com o artigo 89, § 2º, e na forma do artigo 87, § 5º, ambos do Decreto Nº 856-E, de 10 de Novembro de 1994, entregando-lhe cópia da presente decisão para conhecimento, pelos meios legais permissivos.

Boa Vista - RR, 22 de julho de 2022.

Jarbas Menezes de Albuquerque
Julgador de Primeira Instância - Mat. 50001668



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL - CAF
DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS - DPAF
JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. DECISÃO Nº 049/2022

PROCESSO Nº: 00018/2022

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 002379/2021 - OS Nº 000491/2021

AUTUADA: DISTRIBUIDORA RENASCER LTDA -

CGF: 24.010814-2 - CNPJ: 05.200.179/0001-44

ENDEREÇO: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 4223 - Mecejana - Boa Vista/RR.

PROCURADOR: JOSÉ VIEIRA RODRIGUES – CPF: 473.058.002-87

ENDEREÇO: Rua Capricórnio, nº 1983 - Cidade Satélite - Boa Vista/RR.

AUDITOR FISCAL AUTUANTE: Elenilzo de Oliveira Bonfim.

INTIMAÇÃO

Atento e em cumprimento ao que estabelece o art. 54, § 1º, e na forma prevista no art. 34, da Lei nº 072, de 30 de Junho de 1994, combinado com o art. 87, *caput* e § 5º, e art. 45, do Dec. Nº 856-E, de 10 de Novembro de 1994, **INTIMAMOS** o sujeito passivo acima qualificado a recolher, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte ao da ciência da presente intimação, o crédito tributário relativo ao **Auto de Infração Nº 002379/2021**, peça basilar do **Processo Nº 00018/2021**, julgado procedente neste órgão público, conforme **Decisão Nº 049/2022**.

O contribuinte poderá interpor recurso voluntário ao Egrégio Conselho de Recursos Fiscais no mesmo prazo estabelecido para a liquidação do crédito tributário, nos termos do artigo 62, da Lei Nº 72/94, combinado com o artigo 89, II, do Decreto Nº 856/94, podendo, para tanto, consultar os autos do processo que se encontra na Divisão de Procedimentos Administrativos Fiscais-DPAF.

Na hipótese de pagamento integral, será concedida redução de 60% (sessenta por cento) do valor da multa, se o contribuinte renunciar o recurso para segunda instância e recolher o débito no prazo acima estabelecido, de conformidade com o art. 174, inciso II, da Lei Nº 59, de 28 de Dezembro de 1993, com a redação da pela Lei Nº 726 de 13 de Julho de 2009.

Findo o prazo desta intimação, sem que haja o pagamento do crédito tributário ou interposição de recurso, os autos serão encaminhados ao Egrégio Conselho de Recursos Fiscais para as providências cabíveis.

Boa Vista (RR), 22 de julho de 2022.

Jarbas Menezes de Albuquerque
Julgador de 1ª Instância-DPAF - Mat. 050001668

Recebi em: ____/____/____

Cientes: _____

AUTUADA: DISTRIBUIDORA RENASCER LTDA -

PROCURADOR: JOSÉ VIEIRA RODRIGUES – CPF: 473.058.002-87

Anexo: cópia do Decisão nº 028/2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS

Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 - Centro

Boa Vista - Roraima - Brasil - CEP 69301-011 | (95) 2121- 7654 - www.sefaz.rr.gov.br